

REFLEXÕES CONCEITUAIS ACERCA DO PROTAGONISMO JUVENIL: PERSPECTIVAS E POSSIBILIDADES DE SER UM SUJEITO AUTÔNOMO

Paulo Roberto Monteiro de Sousa¹
Emivânia Viana Bezerra²

INTRODUÇÃO

Este estudo tem como foco abordar o protagonismo juvenil por meio de uma análise conceitual das diferentes definições que abrangem o conceito de protagonismo. Assim, o objetivo central deste artigo é investigar as concepções teóricas de protagonismo juvenil, examinando-as sob a perspectiva de categorias fundamentais como participação, autonomia, produtividade e ação coletiva, as quais contribuem para entender o protagonismo como um fenômeno transformador no contexto social e na formação dos sujeitos envolvidos. Dessa forma, busca-se estabelecer os principais conceitos que definem o protagonismo juvenil, especialmente no que tange à sua aplicabilidade nas dinâmicas escolares, impactando tanto discentes quanto docentes.

A metodologia deste estudo qualitativo fundamenta-se na análise documental e na revisão de literatura, explorando textos acadêmicos e outras fontes relevantes que abordam o protagonismo juvenil, com foco na sua implementação em ações coletivas e no papel formativo que professores e alunos desempenham em contextos educacionais (Gerhardt e Silveira, 2009). A perspectiva adotada considera a educação de qualidade como resultado da participação integrada de todos os agentes educacionais, reconhecendo a importância de parcerias colaborativas e do comprometimento de cada participante em prol dos objetivos institucionais.

¹ Mestrando em Educação (UNIVALI). CV: <http://lattes.cnpq.br/1310549911649393>

² Doutoranda em Políticas de Administração e Gestão Escolar (ISCTE).
CV: <http://lattes.cnpq.br/4493491798488967>

Para uma concepção de protagonismo que fortaleça a autonomia e o engajamento político e social dos jovens, a visão de Souza (2008) se destaca ao sugerir que o protagonismo juvenil redefine a prática política por via da ação individual e da colaboração entre os jovens. O panorama educacional reflete transformações políticas, econômicas e culturais que influenciam diretamente a gestão pedagógica e as relações interpessoais. A compreensão da juventude exige, portanto, uma análise histórica que abarque a evolução das vivências juvenis e a influência dessas mudanças nos diferentes grupos e contextos temporais. Como apontam Papa e Freitas (2003), a juventude, outrora definida pela transição à vida adulta, atualmente configura-se como uma categoria social interclassista, marcada por características, interesses e necessidades específicas.

O protagonismo juvenil implica a prática de uma ação docente e discente que valorize a participação ativa e a proatividade dos alunos, especialmente em frentes socioambientais e de cunho social. Embora seja uma aspiração comum entre educadores e gestores escolares, o exercício do protagonismo encontra desafios e barreiras que dificultam o engajamento pleno dos alunos. Para a superação dessas dificuldades, torna-se essencial compreender o conceito de protagonismo e os elementos que compõem os processos de ação coletiva e individual, promovendo um ambiente mais favorável ao engajamento e à transformação social.

A construção de um protagonismo educacional eficaz demanda que o professor se aproprie dos fundamentos teóricos do conceito, de modo a promover um ambiente que favoreça o desenvolvimento de alunos alinhados com esses princípios. Em iniciativas de cunho social e ambiental, o educador, com base na perspectiva de Vygotsky (2007), atua como mediador entre o aluno e o conhecimento, exercendo o papel de facilitador na criação das chamadas Zonas de Desenvolvimento Proximal (ZDPs), na qual os educandos são gradualmente incentivados a assumir e executar ações protagonizadas e transformadoras, guiados por um educador que encarna o espírito do protagonismo.

NOTAS TEÓRICAS ACERCA DO PROTAGONISMO JUVENIL

Costa e Vieira (2000, p. 150) esclarecem que o protagonismo tem origem na junção dos termos gregos ‘protos’, que significa ‘principal’, e

‘agonistes’, que por sua vez se refere a “competidor” ou “contendor”. Essa compreensão do termo reforça a visão de que o protagonismo juvenil é uma postura ativa, na qual o jovem assume papel central nas iniciativas de transformação social. Ferretti *et al.* (2004, p. 414) complementa ao associar protagonismo à participação, considerando-o “uma abordagem mais democrática da ação social, sem ênfase no destaque individualista”.

A partir dessa perspectiva, ser protagonista envolve uma postura prática e reflexiva sobre ações que impactam coletivamente a realidade. Como argumentam Ferretti *et al.* (2004, p. 413), “não há uma clareza que distinga os aspectos conceituais entre participação e protagonismo”, o que sugere uma ambiguidade que torna essas categorias muitas vezes sinônimas. Para esses autores, o protagonismo implica ser o “ator principal” no cenário social, ocupando uma posição destacada no processo de mudança. A visão de Costa (2000) vai ao encontro dessa ideia, ao considerar que o protagonismo juvenil deve ser entendido como uma prática em que o jovem é o agente central, comprometido com soluções reais para os problemas da comunidade em que vive.

Por sua vez, Silva (2009, p. 3) considera o protagonismo como “uma relação dinâmica de formação, conhecimento, participação, responsabilidade e criatividade”, enfatizando que essa prática fortalece a educação para a cidadania. Para a autora, o educando deve ser concebido como um sujeito em constante desenvolvimento, condição necessária para desempenhar seu papel social de forma autônoma. Costa e Vieira (2000, p. 139) corroboram essa visão ao afirmar que “os adolescentes, além de portadores de entusiasmo e vitalidade para a ação, são dotados de pensamentos e palavras”. Essa perspectiva evidencia que o protagonismo juvenil possibilita a criação de condições para que o educando exercite criticamente suas faculdades, promovendo sua autonomia.

A compreensão do sujeito autônomo é também discutida por Volkweiss *et al.* (2019, p. 4), que definem o indivíduo autônomo como “aquele que é capaz de pensar, agir, transformar, decidir por si próprio sobre seus atos e escolhas, assumir responsabilidades e posicionar-se enquanto sujeito social”. Nesse sentido, Freire (1996, p. 59) reforça a importância de respeitar a autonomia do educando como um imperativo ético que valoriza a dignidade humana, defendendo o respeito à iniciativa do outro.

Ademais, o termo “protagonismo juvenil” tem sido amplamente empregado no contexto educacional, sendo compreendido como um instrumento essencial para a promoção da participação ativa dos jovens em seu meio social. Na educação, esse conceito, segundo Costa, pode ser definido como a participação dos adolescentes enquanto agentes ativos na resolução de problemas e não como meros receptores de intervenções.

A partir das décadas de 1970 e 1980, os debates sobre protagonismo juvenil ganharam espaço em contextos diversos, incluindo organismos internacionais como a Organização das Nações Unidas (ONU) e o Banco Mundial. Essas discussões demonstram uma crescente preocupação em canalizar o potencial transformador da juventude, reconhecendo que, bem orientados, os jovens podem ser agentes significativos de mudança social. A partir dos anos 1990, o Brasil passa a incorporar esses conceitos na formulação de novos projetos educacionais e em propostas que incluem o protagonismo juvenil como um eixo central. Nesse período, gestores públicos, lideranças comunitárias, professores e educadores vinculados a ONGs começam a adotar a linguagem do protagonismo em projetos voltados à juventude, reconhecendo-a como faixa etária estratégica para o desenvolvimento social.

Conforme pontua Novaes (2011), o termo “juventude” refere-se a uma condição etária no Brasil que abrange indivíduos entre 15 e 29 anos. Essa faixa etária é vista como um período de oportunidades para exercer o protagonismo, ou seja, a capacidade de agir de forma ativa e transformadora em seu contexto. Nesse sentido, Ferreti, Zibas e Tartuce (2004) definem o protagonismo juvenil como a postura do jovem enquanto sujeito de ação que busca transformar a própria realidade, superando fatores adversos como pobreza, exclusão social e oportunidades limitadas, condições frequentemente exacerbadas por uma baixa renda familiar e moradias precárias. Por sua vez, Sen (2000) reforça que a pobreza representa uma privação multidimensional, abrangendo carências em alimentação, moradia, segurança, educação, lazer e saúde.

Para que o jovem consiga superar esses desafios, é necessário que ele atue como protagonista de seu saber. A postura ativa na busca por superação intelectual e o engajamento em atividades colaborativas, tanto com colegas quanto com professores, são fundamentais para essa construção de autonomia. Nesse processo, o professor assume o papel de facilitador,

apoiando o estudante em sua jornada de desenvolvimento. Costa (2000, p. 139) afirma que o objetivo é “criar condições para exercitar de forma criativa e crítica essas faculdades na construção gradativa de sua autonomia”. Assim, quando o estudante alcança um nível de autonomia, ele se torna um parceiro protagonista junto ao professor, sendo capaz de agir de forma independente, tomar decisões e assumir responsabilidades enquanto sujeito social.

Volkweiss *et al.* (2019), indicam que a escola desempenha um papel central na construção da identidade pessoal e social dos estudantes, sendo um espaço de experimentação e exercício de autonomia, ainda que relativa, em relação ao mundo adulto. Para Costa (2000), “A escola é o espaço de procura e experimentação em que o jovem vai exercitar sua autonomia [...]”. Cabe, portanto, ao educador criar um ambiente que permita ao estudante se desenvolver como protagonista de sua própria aprendizagem, exercitando a responsabilidade e construindo seu próprio saber.

Os adolescentes, além de portadores de entusiasmo e de vitalidade para a ação, são dotados também de pensamento e de palavra. O propósito do protagonismo juvenil, enquanto educação para a participação democrática, é criar condições para que o educando possa exercitar, de forma criativa e crítica, essas faculdades na construção gradativa de sua autonomia. Autonomia essa que ele será chamado a exercitar de forma plena no mundo adulto (Costa, 2006, p. 13).

Nessa perspectiva, o desenvolvimento do protagonismo infanto juvenil do educando configura-se como um elemento essencial para sua formação integral. No processo de desenvolvimento, o jovem é posicionado como um elemento central na prática educativa, participando de todas as etapas dessa prática — desde o planejamento até a avaliação das ações previstas. Essa concepção é reforçada pelo próprio autor, que destaca a importância do protagonismo juvenil na formação e na construção de uma autonomia consciente e comprometida com o contexto social, assegurando ao educando um papel ativo e participativo em seu percurso formativo. Costa (2006) afirma ainda:

Mais do que exorcizar as situações de risco, o protagonismo juvenil procura preparar os jovens para a tomada de decisões baseadas em valores não apenas lidos e escutados, mas vividos e incorporados em seu ser. Jovens assim estarão,

certamente, mais bem preparados para enfrentar os dilemas da ação coletiva que caracterizam a sociedade, onde a pluralidade e o conflito de pontos de vistas e de interesses entre pessoas, grupos e instituições, longe de ser uma patologia, são parte integrante do tecido social (Costa, 2006, p. 142).

Nesse mesmo sentido, Costa (2006) destaca que o desenvolvimento do protagonismo juvenil é essencial para o sucesso na realização dos projetos de vida, uma vez que expõe os jovens a problemas concretos e os envolve na busca por soluções. A escola, portanto, configura-se como um espaço para o desenvolvimento dessas habilidades, englobando a esfera acadêmica, como também a social. Assim, a educação, ao incorporar os quatro pilares defendidos pela UNESCO (2005) — “aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a viver juntos e aprender a ser” —, oferece uma base para a formação de cidadãos críticos e responsáveis. Ao lado desses pilares, a tríade formada por contexto, propósito e experiência também contribui para estruturar as práticas de protagonismo, estabelecendo uma ponte entre a educação formal e o exercício da cidadania ativa.

Pensar a juventude sob uma perspectiva cidadã implica reconhecer seu potencial como força política, capaz de assumir responsabilidades na esfera pública e participar diretamente de ações comunitárias e sociais. Nessa visão, o protagonismo juvenil promove a conscientização dos jovens sobre seu papel na sociedade e os encoraja a tomar iniciativas que impactem positivamente suas comunidades.

O protagonismo juvenil, nesse sentido, é caracterizado como uma intervenção social que posiciona o jovem como ator central na resolução de problemas coletivos. Esse protagonismo é uma forma de educação para a cidadania que se concretiza por meio de ações, e não apenas pelo discurso. Nele, o jovem assume uma posição de centralidade em questões que transcendem sua vida privada, abrangendo a escola, a comunidade e a sociedade como um todo. Essa concepção destaca o jovem como um receptor de direitos, uma fonte ativa de iniciativas, decisões e compromissos, consolidando sua liberdade de escolha e sua responsabilidade social. Para que o protagonismo se realize, é essencial que a participação do jovem seja voluntária e consciente, abrangendo o planejamento, execução, avaliação e apropriação dos resultados de suas ações. No Quadro 1, sintetizamos as principais definições, suas aplicações e a autoria, a partir das reflexões de Souza acerca do protagonismo (2006).

Quadro 1 - Conceitos sobre protagonismo e protagonismo juvenil: principais definições e suas aplicações

Conceito	Descrição	Autoria e Ano
Protagonista	é o jovem que integra o assistido e o que contribui; aquele que se beneficia, mas também faz; aquele que, em decorrência da aceitação das regras, coloca-se em atividade; enfim, aquele jovem cujo “capital social individual”, quando adequadamente desenvolvido, o torna capaz de ser um ator social, de resolver seus próprios problemas e os dos outros.	Souza (2006)
Protagonismo	A ideia de protagonismo remete ao “lutador principal”, representando o personagem principal em atividades e decisões que o envolvem como agente transformador.	Sposito e Carrano, 2003
Protagonismo Juvenil	Trata-se da participação ativa de adolescentes em iniciativas que vão além dos seus interesses individuais, com foco na transformação do ambiente social e comunitário.	Carvalho, 1997/98
Protagonismo Estudantil	Define-se pela participação dos estudantes na construção e reconstrução do conhecimento, permitindo-lhes assumir uma posição ativa e estratégica no aprendizado	Brasil/CNE, 2000
Protagonismo e Cidadania	Envolve a formação para uma cidadania ativa, onde o jovem contribui para o bem comum com senso de responsabilidade e respeito às questões sociais coletivas.	Brasil, 2004 ³
Educação e Protagonismo	A educação fundamentada no protagonismo visa integrar os alunos como atores centrais, capazes de participar e transformar o contexto educacional e social	Brasil/CNE, 2000

Fonte: elaborado pelos autores, a partir de Souza (2006).

³O Plano Nacional de Juventude é um anseio dos movimentos de juventude, a partir de previsão da Constituição Federal. A Emenda Constitucional n.º 65/2010, que inseriu a juventude como sujeito de direito no Artigo. 227, estabeleceu a criação do Plano Nacional de Juventude, por Lei, de duração de 10 anos. A primeira tentativa de estabelecer um Plano Nacional de Juventude no Brasil foi em 2004, através do Projeto de Lei n.º 4530.

Esses conceitos refletem uma abordagem da educação e da participação juvenil voltada para a autonomia, responsabilidade e integração social dos jovens, capacitando-os como agentes ativos em seu desenvolvimento e no contexto comunitário onde se inserem.

[...] os próprios jovens são os **protagonistas ativos** dessas disputas acerca dos sentidos que emprestam ao tema da juventude, pois ainda como atores impõem significados que traduzem modos diversos de pensar a si mesmos e a seus pares, perfilam diferentemente suas demandas e estabelecem projetos pessoais ou coletivos, muitas vezes reproduzindo discursos adultos dominantes no âmbito social. (Sposito e Carrano, 2003, p. 272-73, grifo nosso).

Ademais, os PCN's supõem o desenvolvimento de competências e habilidades para que o aluno “construa a si próprio como um agente social que intervém na sociedade” (Brasil/CNE, 2000, p. 21). Desse modo, o texto ainda faz referência a autores (entre eles Piaget e Vygotsky) comumente associados ao construtivismo, e propõe uma organização curricular que permita “estabelecer uma relação ativa entre o aluno e o objeto do conhecimento” (Brasil/CNE, 2000, p. 74), considerando o aluno como um “sujeito ativo”, que possa, não só na escola, mas ao longo de toda a vida, *constituir, reconstruir* ou *reinventar* (p. 75) os conhecimentos necessários ao “mundo do trabalho” e da “prática social”.

ENTRAVES E LIMITAÇÕES ÀS EXPERIÊNCIAS PROTAGONISTAS

Corroborando o que propõe Demo (1998, p. 30), o aluno, assim como todos os atores educacionais, é aquele que “trabalha com o professor, contribui para reconstruir conhecimento, buscar inovar a prática, participar ativamente em tudo”. Nesse contexto escolar, coexistem professores que efetivamente constroem conhecimento e outros que reproduzem conteúdos prontos e desconectados da realidade, como aponta Demo (1988). Ele observa que alguns docentes se limitam a transmitir materiais prontos, elaborados por terceiros, sem uma reflexão prévia, o que compromete o potencial educativo do momento pedagógico e a capacidade de desenvolver uma prática dialógica e construtiva com os alunos. Tal postura resulta em conteúdos fragmentados e desvinculados da realidade dos estudantes.

Além disso, Costa (2000) alerta para as dificuldades enfrentadas na construção da autonomia do educando, muitas vezes comprometida pela formação inicial dos professores. Segundo o autor, essa formação tende a seguir um modelo autoritário, no qual o professor é visto como o detentor do conhecimento, enquanto os alunos ocupam uma posição subalterna e receptiva. Esse paradigma limita o potencial de desenvolvimento de um protagonismo efetivo e destaca a necessidade de repensar as práticas formativas dos educadores, promovendo uma educação que reconheça o aluno como sujeito ativo e colaborador na construção do conhecimento.

Nesse sentido, é essencial que o professor adote uma postura desafiadora e crítica, incentivando os estudantes a ultrapassarem suas zonas de conforto e a participarem de atividades que instiguem tanto alunos quanto professores. Como destaca Freire (1996, p. 14), “[...] um professor crítico, se mecanicamente memorizador, é muito mais um repetidor cadenciado de frases e de ideias inertes do que um desafiador”. Desse modo, para que o protagonismo se concretize, a relação entre estudante e professor deve ser de colaboração, construção mútua e enfrentamento de desafios que ampliem a experiência de aprendizagem e promovam o desenvolvimento integral dos envolvidos.

No entanto, não é objetivo aqui atribuir exclusivamente aos professores a responsabilidade por tais lacunas na práxis pedagógica. As condições precárias de infraestrutura escolar, a falta de recursos e o desinteresse de alguns alunos são fatores que também dificultam a implementação de práticas pedagógicas inovadoras e que fomentem o protagonismo. Além disso, o envolvimento limitado dos familiares e a ausência de investimentos financeiros representam obstáculos adicionais para uma educação que promova a autonomia e o espírito empreendedor nos estudantes.

Refletir sobre o conceito de protagonismo juvenil implica considerar as práticas educativas dentro e fora da sala de aula. O protagonismo não se resume a uma mera transmissão de conhecimento científico preexistente, mas envolve uma rede de ações que possibilitam a participação ativa dos jovens em processos formativos. De acordo com Demo (1998), é fundamental que o professor veja o aluno como um parceiro de trabalho, e não como um “aluno-objeto”, meramente receptivo às informações transmitidas. Para Demo, o ideal é o “aluno-sujeito”, que, em parceria com o professor, contribui para a construção de novas descobertas e para o desenvolvimento de uma práxis transformadora e colaborativa.

Contudo, existem entraves que ainda limitam o alcance dessas ações, entre eles a desinformação e a ausência de uma cultura de participação crítica. O desenvolvimento da cidadania exige que existam mecanismos de ação transformadora que permitam aos jovens atuar como agentes de mudança, sendo necessário superar esses obstáculos para fortalecer o papel do protagonismo juvenil como prática cidadã efetiva.

O protagonismo, conforme discutido, exige habilidades de inovação, superação e resiliência diante dos desafios. O estudante protagonista, motivado pela curiosidade, busca soluções e respostas que vão além das práticas tradicionais, utilizando os recursos oferecidos pela educação para expandir seu entendimento. Contudo, ainda existem entraves que dificultam uma participação mais efetiva dos alunos em questões sociais, ambientais e outras áreas de interesse. Demo (2010) destaca a importância de recursos adequados no ambiente escolar, alertando que equipamentos são fundamentais para apoiar os processos de pesquisa tanto de estudantes quanto de professores.

Para que a investigação e o pensamento crítico sejam parte integral do aprendizado, é necessário que o professor ofereça tarefas desafiadoras, que promovam a pesquisa e incentivem o estudante a buscar soluções adequadas para os problemas apresentados. Volkweiss *et al.* (2019) ressaltam que, em muitas escolas desestruturadas que não recebem o devido amparo do governo, a precariedade dos recursos compromete o processo de ensino-aprendizagem, dificultando o desenvolvimento de ações de protagonismo.

Um ponto fundamental para o sucesso das ações de protagonismo é a relação professor-aluno. Essa interação, quando gerida com competência pedagógica e afetiva, pode ser determinante para o êxito de ambos os envolvidos. O modo como o professor conduz essas relações influencia significativamente as conquistas educacionais, favorecendo uma aprendizagem mais significativa.

A educação desempenha, portanto, um papel fundamental no desenvolvimento de uma sociedade capaz de inovar e produzir conhecimento científico e cultural. No entanto, as inúmeras possibilidades que a educação oferece são frequentemente confrontadas com obstáculos, como a falta de recursos e o enfoque excessivo dos meios de comunicação em uma visão consumista da juventude. Esses entraves não apenas limitam as

ações protagonistas, mas também dificultam a construção de um projeto educativo coletivo, essencial para o desenvolvimento de uma cidadania ativa e engajada na transformação social.

No entanto, um dos obstáculos enfrentados é a fragmentação da prática participativa no Brasil, onde a ausência de uma cultura de colaboração entre diferentes áreas e setores impede uma atuação integrada e eficaz. Como aponta Vivarta (2005), essa fragmentação reflete-se na falta de compreensão sobre o papel dos conselhos de deliberação de políticas públicas, que operam muitas vezes de forma isolada. Transformar essa realidade exige um processo de aprendizado e a construção de uma cultura que valorize a participação integrada e a colaboração intersetorial, essencial para uma prática de cidadania plena e inclusiva.

Além disso, o fortalecimento das políticas públicas voltadas à juventude emerge como um desafio fundamental para a promoção de um protagonismo juvenil autônomo e bem-sucedido. A necessidade de consolidar uma institucionalidade pública coerente, voltada ao desenvolvimento integral dos jovens, é um ponto central para assegurar a continuidade e a eficácia das ações de promoção da cidadania. Papa, Freitas, 2003, p. 7), em consonância com os pressupostos da Organização Ibero-Americana de Juventude (2000), destacam a importância de um processo articulado, que impulse políticas públicas consistentes com as demandas dos jovens, promovendo sua participação ativa e o fortalecimento de sua autonomia. Por fim, o universo juvenil enfrenta desafios impostos pela mídia, que muitas vezes promove uma visão estereotipada dos jovens como meros consumidores, oferecendo modelos de comportamento que limitam a diversidade e a autenticidade das expressões juvenis. Esse fenômeno gera obstáculos para a construção de uma autonomia genuína, impedindo que os jovens desenvolvam uma identidade autônoma e crítica em relação aos valores sociais, restringindo assim o exercício de um protagonismo que verdadeiramente os empodere.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base no aporte teórico, observamos que o protagonismo juvenil se destaca como uma ferramenta basilar para promover a autonomia e a formação cidadã dos jovens, ampliando seu papel dentro e fora do ambiente

escolar. Quando incentivados a participar ativamente do processo educacional, os estudantes se tornam sujeitos críticos e engajados, assumindo responsabilidades em seu aprendizado e, em muitos casos, contribuindo significativamente para suas comunidades. Esse modelo de atuação exige uma abordagem educacional que transcenda a simples transmissão de conteúdos, proporcionando aos jovens espaços de diálogo e reflexão, onde possam desenvolver suas habilidades e questionar realidades.

O professor ocupa uma posição estratégica nesse contexto, uma vez que pode fomentar o protagonismo por meio de metodologias que envolvam o aluno de forma ativa e significativa. Sua prática pedagógica, quando direcionada à colaboração e à construção do conhecimento, torna-se um elemento fundamental no desenvolvimento das competências de protagonismo dos alunos. Entretanto, essa atuação requer uma formação que valorize a escuta, a abertura para inovações e o compromisso com o desenvolvimento integral do estudante. Em um sistema educacional ainda marcado por desafios de recursos e metodologias tradicionais, é imprescindível que os docentes tenham o apoio necessário para inovar e promover o engajamento estudantil.

Ao analisarmos os desafios práticos para o fortalecimento do protagonismo juvenil, é evidente que o contexto social e econômico dos estudantes influencia diretamente suas oportunidades de participação e engajamento. Em comunidades onde a vulnerabilidade social é uma realidade constante, a promoção do protagonismo juvenil enfrenta obstáculos adicionais. Porém, é exatamente nesses contextos que o protagonismo pode se tornar uma ferramenta valiosa de resiliência e empoderamento, oferecendo aos jovens recursos e habilidades que lhes permitam enfrentar e, possivelmente, superar as dificuldades impostas por seu entorno.

Além disso, a relação entre professor e aluno surge como um fator decisivo para o sucesso das práticas de protagonismo. Uma relação construída com base em respeito, confiança e diálogo aberto permite que o aluno se sinta valorizado e motivado a participar ativamente. Essa parceria autêntica entre educador e educando é capaz de despertar no estudante um desejo genuíno de contribuir, tanto no ambiente escolar quanto em sua comunidade, ampliando seu compromisso com questões de relevância social e coletiva.

Para que o protagonismo juvenil alcance seu potencial transformador, é fundamental que as políticas públicas ofereçam o suporte necessário às práticas escolares, garantindo infraestrutura adequada e valorizando uma pedagogia que priorize a autonomia e a formação cidadã. Quando a educação recebe o devido suporte, a escola se torna um espaço de inovação e desenvolvimento humano, onde o protagonismo juvenil pode prosperar de forma consistente e sustentável.

Dessa forma, a promoção do protagonismo juvenil constitui-se como um investimento na construção de uma sociedade mais justa, participativa e consciente. Ao apoiar os jovens em seu desenvolvimento, promovendo uma educação que privilegie o pensamento crítico e a autonomia, contribui-se para a formação de cidadãos atuantes e capazes de engajar-se em transformações positivas.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Ensino Médio**. Brasília: 2000. Disponível em: <http://www.mec.gov.br>. Acesso em: 27 out. 2024.
- CARVALHO, Mariana Góes. A cara jovem do Brasil solidário. **Pais&Teens**. Instituto Paulista de Adolescência. São Paulo, n. 6, p. 21-27, nov./dez./jan. 1997/98.
- COSTA, Antonio Carlos Gomes da. **Protagonismo juvenil: adolescência, educação e participação democrática**. Salvador, Fundação Odebrecht, 2000.
- COSTA, Antonio Carlos Gomes da; VIEIRA, Maria Adenil. **Protagonismo juvenil: adolescência, educação e participação democrática**. 2. ed. São Paulo: FTD, 2006. 344 p.
- DEMO, Pedro. **Educar pela pesquisa**. 3. ed. Campinas, São Paulo: Autores Associados, 1998.
- FERRETTI, Celso. J.; ZIBAS, Dagmar M. L.; TARTUCE, Gisela Lobo B. P. Protagonismo juvenil na literatura especializada e na reforma do ensino médio. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 34, n. 122, p. 411-423, 2004. Disponível em: <https://is.gd/aDCyTg>. Acesso em: 28 out. 2024.
- FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- FREITAS, Maria Virgínia de; PAPA, Fernanda de Carvalho (Orgs.) **Políticas Públicas: juventude em pauta**. São Paulo: Cortez: Ação Educativa: Fundação Friedrich Ebert, 2003.
- GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo. **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

NOVAES, Regina Célia R. Entre juventudes, governos e sociedade (e nada será como antes...). In: PAPA, Fernanda de Carvalho; FREITAS, Maria Virgínia. **Juventude em Pauta: políticas públicas no Brasil**. São Paulo: Petrópolis/Ação Educativa/Friedrich Ebert Stiftung, 2011.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como Liberdade**. Tradução: Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SILVA, Thais Gama. **Protagonismo na adolescência: a escola como espaço e lugar de desenvolvimento humano**, 2009, 142 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2000.

SOUZA, Regina Magalhães de. **O discurso do protagonismo juvenil**. 2006. 273 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

SOUZA, Regina Magalhães de. Protagonismo juvenil: o discurso da juventude sem voz. **Revista Brasileira de Adolescência e Conflitualidade**, v. 1, n. 1, p. 1-28, 2009.

SPOSITO, Marília Pontes e CARRANO, Paulo. Juventud y politicas publicas en Brasil. In: LEÓN, Oscar Dávila (org.). **Políticas públicas de juventud en America Latina: políticas nacionales**. Viña del Mar, Chile: Ed. CIDPA, 2003, p. 265-303. Disponível em: <http://www.cidpa.cl>. Acesso em: 28 out. 2024.

UNESCO. Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. Representação no Brasil. **Políticas públicas de/para/com juventudes**. 2. imp. Brasília: UNESCO, 2005.

VIVARTA, Veet (Coord.). **Ouvindo Conselhos: democracia participativa e direitos da infância na pauta das redações brasileiras**. São Paulo: Cortez, 2005. 187 p. (Série Mídia e Mobilização Social, 8).

VOLKWEISS, Anelise; MENDES DE LIMA, Vanessa; RAMOS, Maurivan Güntzel; FERRARO, José Luís Schifino. Protagonismo e participação do estudante: desafios e possibilidades. **Educação Por Escrito**, [S. l.], v. 10, n. 1, p. e29112, 2019. Disponível em: <https://is.gd/BIE2R2>. Acesso em: 28 out. 2024.

VYGOTSKY, L. S. A formação social da mente. 7. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.